

## **ASPECTOS GERAIS DAS MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO ETÁRIA E NA FAMÍLIA**

Aída C.G. Verdugo Lazo (ENCE/IBGE)

### **RESUMO**

Algumas das principais mudanças demográficas que podem ser observadas no Brasil através das pirâmides populacionais de 1980, 1991, 2000 e 2010, correspondentes aos quatro últimos censos, são o estreitamento da base dessas pirâmides, reflexo da queda da fecundidade. O número médio de filhos tidos nascidos vivos até o final do período reprodutivo das mulheres, também chamado de taxa de fecundidade total (TFT), caiu de 4,1 filhos por mulher em 1980, para 1,8 em 2010. Uma segunda mudança a ser destacada é o envelhecimento populacional, ou seja, o aumento do peso relativo da população idosa, definida como a população de 60 anos ou mais e que está representada pelo aumento do topo das pirâmides apresentadas. Este crescimento relativo também é consequência da queda da fecundidade, por um lado, e do aumento na esperança de vida da população, por outro. A esperança de vida ao nascer passou de 62,6 anos em 1980, para 73,4 anos em 2010, ou seja, um aumento de pouco mais de 10 anos nesses 30 anos considerados. Além disso, na pirâmide populacional de 2010 observa-se uma clara assimetria no topo, devido à maior sobrevivência das mulheres em relação aos homens nas idades mais avançadas. Sua expectativa de vida ao nascer supera à dos homens em aproximadamente 7,5 anos.

Essas mudanças trouxeram ao Brasil uma consequência positiva, chamada de “bônus demográfico” e que consiste no aumento relativo da população em idade ativa, definida pelos demógrafos como a população entre 15 e 64 anos. Este é o fato que abre ao Brasil uma grande “janela de oportunidades”, na medida em que essa massa populacional é incorporada na atividade produtiva. Cabe destacar que este fenômeno é único ao longo do processo da transição demográfico. Daí a importância de políticas adequadas para aproveitar, efetivamente, esta grande oportunidade.

Traduzindo estas características em números, pode-se afirmar, conforme dados divulgados pelo IBGE, que a população cresceu de 118,56 milhões de habitantes em 1980 para 193,25 milhões em 2010. Para este resultado colaboraram a grande queda da taxa de mortalidade infantil (TMI) que passa de 69,1 óbitos de menores de um ano por 1000 nascidos vivos em 1980, para 21,6 em 2010. Também observou-se o aumento significativo da esperança de vida ao nascer, como mencionado anteriormente.

Por outro lado, a população mudou na sua composição. Os dados do IBGE mostram que a proporção de crianças menores de 15 anos passou de 38% na população de 1980, para somente 26% em 2010. No outro extremo, os idosos, representados pela população de 65 anos ou mais, passa de 4% para 7% no mesmo período, mostrando a velocidade do envelhecimento populacional. A população em idade reprodutiva, representada por homens e mulheres entre 15 e 44 anos quase não se altera, representando pouco menos de 50% da população total e com um equilíbrio notável entre os sexos. Já a população entre 45 e 64 anos foi aumentando sua participação relativa, passando de 12% em 1980, para quase 20%

em 2010. Isto é parte do chamado bônus demográfico, ou seja, o aumento na proporção de população em idade ativa.

Também, o ritmo de crescimento da populacional vem se reduzindo. Entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento foi de 2,1% ao ano. Essa taxa cai para quase a metade na primeira década deste século: entre 2000 e 2010 ela fica em 1,5% ao ano. Isto significa que a partir de agora, se mantidas as atuais tendências da fecundidade, a população brasileira não conseguira se repor e, só irá a crescer a um ritmo cada vez menor até 2040; de aí em diante a população começará a decrescer em termos absolutos.

O que podemos esperar para o futuro próximo? Conforme as últimas projeções divulgadas pelo IBGE (revisão de 2008) para os anos de 2020 e 2030, continuará o processo de redução da base das pirâmides populacionais, reflexo da continuação do processo de queda da fecundidade; um aumento do topo das pirâmides, reflexo do crescente envelhecimento populacional, aumentando ainda mais o excedente de população feminina nesse topo devido à maior esperança de vida das mulheres, que os superam em mais de 7 anos de vida aos homens; e uma leve redução relativa da população em idade ativa, que se traduzirá em uma maior razão de dependência dos idosos. Ou seja, o “bônus demográfico” estará no começo do seu fim.

Essa nova realidade também se pode traduzir em números: a população estará chegando a mais de 200 milhões de pessoas em 2020 e a 216 milhões em 2030. A TFT estará próxima de 1,5 filho por mulher e a TMT continuará a cair, mesmo assim a população menor de 15 anos continua sua tendência de queda, chegando a representar somente 20% da população total do país em 2020. A taxa de crescimento populacional também continua a decrescer, chegando a 0,7% ao ano na década 2010-2020 e a 0,4% ao ano da década seguinte. Por outro lado, a esperança de vida ao nascer manterá sua tendência de crescimento, elevando-se para mais de 76 anos em 2020, ajudando à continuação do processo de envelhecimento. Em 2020 espera-se que 9,0% da população brasileira tenha mais de 64 anos. Em termos absolutos, isso significa uma população com mais de 18 milhões de idosos, dos quais, aproximadamente, quatro milhões estarão com mais de 80 anos. Por fim, ainda vai se observar um crescimento da população em idade ativa, na faixa de 45 a 65 anos, que deverá representar 23% da população total em 2020.

Qual é a tradução destas mudanças em termos de desafios futuros para as políticas públicas? Minha proposta é discutir dois grandes blocos populacionais: os idosos (de 65 anos e mais) e os adultos (de 15 a 64 anos), seguindo o critério demográfico de classificação. Começando pelo topo da pirâmide, uma das características mais marcantes do envelhecimento é sua feminização. Em 1980, com um índice de envelhecimento populacional de 10,5 idosos por cada 100 jovens menores de 15 anos, já havia um excedente de população idosa feminina de 321 mil pessoas, e mais de 110 mil na faixa etária de 80 anos e mais. Pois bem, essa feminização tem quase se duplicado a cada década. Em 1980 eram pouco mais de 300 mil mulheres de 65 anos e mais do que os homens da mesma faixa etária; em 1991 o excedente feminino era de mais de 600 mil, em 2000 chega a quase um milhão e 200 mil e em 2010 já são 1 milhão e 851 mil mulheres mais do que homens nessa faixa etária. Como já foi dito, as mulheres vivem mais do que os homens, em média, mas, por outro lado, passam mais tempo

expostas a fragilidades físicas e mentais. Além disso, as mulheres são as principais cuidadoras, tanto de crianças como de idosos, mas são elas que no final da vida demandarão maiores cuidados. Para as mulheres, a chegada do envelhecimento pode significar o começo de uma nova fase de vida, com projetos independentes, mas com angústias e incertezas da saída da atividade laboral, da morbidade por doenças crônico-degenerativas, mudanças na aparência física, perda de autonomia para as atividades diárias, etc. Mas a idéia de perdas está sendo substituída pela de momento propício para novas conquistas e a busca de satisfação pessoal. Este momento já tem sido chamado por alguns estudiosos do envelhecimento, como “idade do preenchimento”. Logo há o surgimento dos chamados “novos idosos”, como afirma Ana Amélia Camarano, especialista no tema, ou seja, idosos não caracterizados por saúde debilitada, pauperização e exclusão das diversas esferas sociais.

Esse “novo idoso”, ainda tem um importante papel, tanto na família como na atividade econômica. Os dados do censo 2010 indicam que 74% dos homens de 65 anos e mais são declarados responsáveis pelo domicílio onde residem e 51% no caso das mulheres. Desse total declarado chefe, 15% moram em domicílios unipessoais, o que representa mais de dois milhões de idosos morando só. No caso dos homens são 11%, e correspondem a quase 670.000 idosos que moram sós. No caso das mulheres são 18% e correspondem 1 milhão 400 mil idosas morando só. Mais do dobro que os homens.

Quanto ao grupo dos adultos, ou seja, à população entre 15 e 64 anos de idade, que além de sua importância econômica, aspecto que aqui não será discutido, sua importância também está associada à reprodução da população e a sua responsabilidade com relação ao cuidado das crianças e dos idosos. As famílias se constituem, crescem e se modificam nesta fase da vida. Tradicionalmente as famílias se iniciam pela união estável entre um homem e uma mulher, se “expandem” com o nascimento dos filhos, se “consolidam com o nascimento do último filho, para depois passar para a fase de “contração” quando os filhos começam a sair de casa, geralmente para iniciar uma nova família e, por último, a fase de “extinção” que ocorre com a morte de um dos cônjuges. É claro que este esquema é uma síntese, proposta nos anos de 1930, e que tem se aberto a uma série de possibilidades como: pessoas que nunca constituem uma união, mas podem ter filhos; outras constituem união, tem filhos, mas terminam a união por divórcio ou separação; outras constituem união, mas decidem não ter filhos; outras, mais recentemente quantificadas no Censo de 2010, se unem de forma estável com pessoas do mesmo sexo, as chamadas “uniões homoafetivas”; outras uniões estáveis se iniciam após uma separação ou divórcio, as chamadas “famílias reconstituídas”, que podem dar início a um novo ciclo e continuar a se expandir tendo novos filhos dessa nova união; em outros casos a fase de “contração” das famílias pode ser temporária, pois os filhos que saem de casa (ou para morar sozinhos, ou para dar início a uma nova família) podem voltar; enfim, as possibilidades são múltiplas e muito difíceis de se acompanhar, a não ser através das “fotografias” de sua situação no momento dos grandes levantamentos demográficos, como os censos e as pesquisas nacionais por amostragem realizadas pelo IBGE. Também se dispõe de alguns registros contínuos de eventos vitais como o Registro Civil de casamentos, divórcios, nascimentos e óbitos. Assim, em linhas gerais, pode-se caracterizar as tendências das famílias através de alguns indicadores demográficos, mas parciais.